

Uma publicação do Instituto Genildo Batista



O Sistema da Dívida e os Biomas do Brasil

Defender os Biomas é defender a vida!

O **INFORMA-SE** número **33** trata sobre **O Sistema da Dívida Pública e a Defesa dos Biomas Brasileiros.**

Esse foi o título da palestra de **Lujan Maria Bacelar de Miranda**, do Núcleo Capixaba da Auditoria Cidadã da Dívida - NC-ACD e do Instituto Genildo Batista - IGB, na **21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia “Biomas do Brasil: Diversidade, Saberes e Tecnologias Sociais”**.

Lujan participou a convite do **IFES Campus Vila Velha/ES.**

E dada a **importância do tema, o interesse e a participação dos/das estudantes**, resolvemos divulgar uma síntese de sua apresentação.

Solicitamos que leiam, debatam e divulguem o INFORMA-SE número 33

BIOMAS: vida em todas as suas formas



Em um período em que temos visto e sentido, como em nenhum outro, o Brasil pegando fogo literalmente, o tema da **21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia** se torna ainda mais importante, pois trata sobre os Biomas, destacando: Diversidade, Saberes e Tecnologias Sociais.

E o que são os Biomas e as Tecnologias Sociais?

Biomas são “grandes sistemas ecológicos com clima, fisionomia da vegetação, solo e altitude semelhantes ou aparentados”.

Tecnologias Sociais são “técnicas, métodos, produtos resultantes da interação entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, visando soluções para os problemas sociais”.

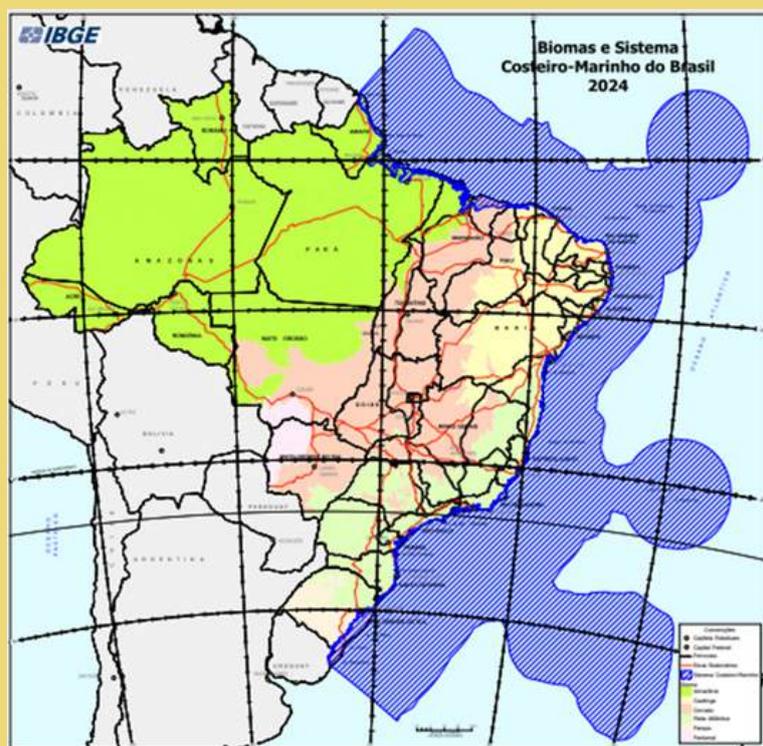
Biomas Brasileiros
Quanta riqueza
em nosso país de
dimensões
continentais...

Vejam os um pouco
sobre a realidade dos
Biomas Brasileiros

Para obter mais informações



CLIQUE
em todas as **IMAGENS**
que estão nas **PÁGINAS**



BIOMAS

Amazônia
Caatinga
Cerrado
Mata Atlântica
Pampa
Pantanal

Queimadas: recorde sobre recorde!

Um pouco do que foi divulgado pelos meios de comunicação

Clique nas Imagens e Confira!

42% dos brasileiros dizem que a vida foi muito afetada por queimadas e fumaça, mostra Datafolha

Impacto relatado é maior no Centro-Oeste e no Norte, regiões mais próximas a incêndios florestais



Poluição gerada por fumaça de incêndios encobre centro da cidade de São Paulo, em foto de setembro - Danilo Verpa - 12.set.2024/Folhapress



Pantanal: incêndio de 2024 supera o registrado no mesmo período de 2020, ano recorde de queimadas

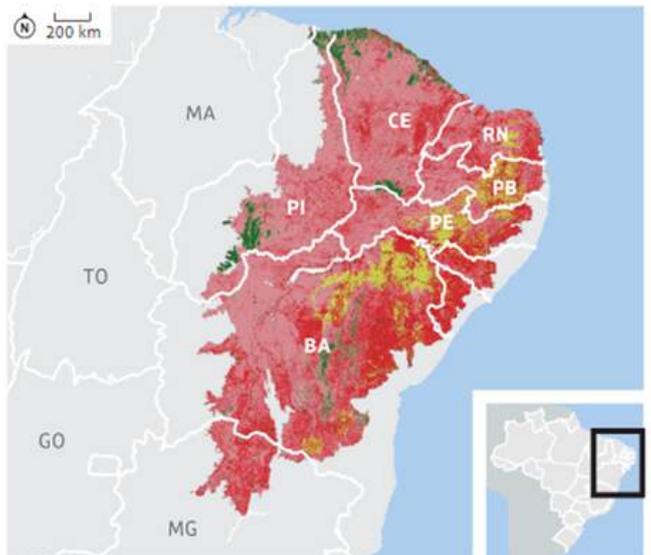
Área quase quatro vezes maior que o território da cidade de São Paulo já queimou no bioma neste ano. Focos de incêndios cresceram 8% se comparados os seis primeiros meses de 2024 e de 2020.

g1 | 01/Jun 20



Desmatamento e queimada eliminam a vegetação nativa e facilitam a ocupação humana - Embrapa Semiárido/Revista Pesquisa Fapesp

As transformações da caatinga



De floresta ou arbustos para áreas sem vegetação	13.284 km ²
De floresta ou arbustos para agricultura	300.822 km ²
De floresta para arbustos	452.128 km ²
Arbustos (sem mudanças)	63.639 km ²
Florestas (sem mudanças)	31.793 km ²

Fonte: Araujo, H. F. P. et al (Scientific Reports, 2023)



Caatinga é o bioma mais eficiente do Brasil em captura de carbono

ADRIANA AMÂNCIO E RAFAEL DANTAS · 29 ABR 2024

Estudos do Observatório Nacional da Caatinga, realizados por mais de 10 anos, comprovam que “a cada 100 toneladas de CO² absorvidas por essa floresta do semiárido brasileiro, há uma retenção que varia entre 45% e 60% e não volta para a atmosfera.”

Segundo Aldrin Perez, um dos pesquisadores, “para nossa surpresa, a Caatinga é a mais eficiente entre os biomas no Brasil e um dos principais do mundo. As plantas, em geral, absorvem e liberam o CO² no processo de fotossíntese. Este balanço está sendo muito positivo. Essa floresta é uma das soluções para o problema das mudanças climáticas, uma excelente sumidoura”.

“Um ecossistema ganha essa designação de “sumidouro” quando absorve ou captura mais CO² do que libera através da respiração das plantas e do solo. Para ter uma comparação sobre a eficiência do bioma, Aldrin afirma que, na Amazônia, o saldo entre a absorção e a liberação de CO² varia entre 2% e 11%. No caso do Cerrado brasileiro, por exemplo, essa eficiência é de 23%...”

“O Cerrado em seu momento mais difícil...”
“Mata Atlântica: bioma mais devastado”



“A Mata Atlântica abrange **cerca de 15% do território nacional, em 17 estados. É o lar de 72% dos brasileiros e concentra 80% do PIB nacional.** Dela dependem **serviços essenciais como abastecimento de água, regulação do clima, agricultura, pesca, energia elétrica e turismo**”.

O que resta da Mata Atlântica?

“Hoje, **restam apenas 24% da floresta** que existia originalmente, sendo que **apenas 12,4% são florestas maduras e bem preservadas**. É preciso monitorar e recuperar a floresta, além de fortalecer a legislação que a protege.”

Floresta Madura – “vegetação relativamente estável e diversificada”

Pampa ameaçado: rápido desaparecimento da fauna e da flora



Agência Brasil - EBC

Pampa é ameaçado com rápido desaparecimento d...

Segundo estudo do MapBiomias Pampa, esse bioma representa mais de **68% da área total do Rio Grande do Sul** e sofre com o rápido desaparecimento de sua fauna e flora. Entre 1985 e 2022 ele perdeu 2,9 milhões de hectares, ou seja, **32% da área que existia em 1985**. As principais ameaças são a **monocultura de grãos** e a **silvicultura** (“atividade que envolve o plantio, colheita e processamento de árvores para produzir madeira, celulose, papel e outros produtos florestais”).

E não é só o Pampa Gaúcho... Pampa sul-americano já perdeu 20% de sua vegetação campestre



Pampa Sul-Americano perdeu 20% de vegetação campestre - Foto: MapBiomias.Org

Xingu em chamas: Território Indígena Capoto-Jarina luta contra o avanço das queimadas



Camila Garcez

17 de setembro de 2024 · Leitura de 4 minutos · 0 Comentários

Povos Originários: mais afetados com a devastação dos Biomas



Fumaça densa na TI Capoto-Jarina, território que também pertence aos Kayapós e vem sendo afetado pelas queimadas. Crédito: © Marizilda Cruppe / Greenpeace

Riqueza, Bancos, Descaso e Destruição

GREENPEACE

Informe-se Como ajudar Notícias e histórias Sobre nós Doe agora

Blog > Amazônia

Bancos Incendiários: a relação entre crédito rural, multas ambientais e fogo

Enquanto o Brasil está em chamas e sob fumaça, os bancos seguem financiando o agro destruidor que utiliza o fogo ilegalmente



Utilizamos cookies e similares para poder lhe entregar o melhor conteúdo e de forma mais dinâmica afim de melhorar a sua experiência em nossos sites. Ao clicar no botão ao lado você concorda com este monitoramento. Para maiores informações, consulte nossa Política de Privacidade.

Gestão Ambiental, Catástrofes Fabricadas e o Sistema da Dívida

Por que o Brasil, um país tão rico em recursos naturais, enfrenta tanta dificuldade em financiar a gestão ambiental?



OUTUBRO 16, 2024

Por que o Brasil, um país tão rico em recursos naturais, enfrenta tanta dificuldade em financiar a gestão ambiental?

Decisão do STF em favor do meio ambiente reforça urgência em rever privilégios do **Sistema da Dívida**

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Catástrofes Ambientais e Direitos Sociais: urgência e necessidade da Auditoria Integral da Dívida Pública com participação social.

Qual o papel da Justiça, fazer valer a Constituição Federal ou ser conivente com a Omissão do Congresso Nacional?

por Lujan Maria Bacelar de Miranda

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

Por que falta dinheiro até mesmo para preparar e contratar brigadistas para combater incêndios?

Por que a prioridade dos Governos não é defender, preservar e desenvolver os Biomas Brasileiros?

Vocês já ouviram falar em SISTEMA DA DÍVIDA?

Vocês já ouviram falar no Banco Privado BIS?

O que o Sistema da Dívida, o Banco BIS, o Banco Mundial, o BID, o FMI e demais organismos internacionais têm a ver com a triste realidade dos Biomas e da População brasileira?

O que mais se ouve é que faltam recursos, não têm verbas, os governos são gastadores, os Estados, municípios e a União têm muitos servidores e servidoras, o brasileiro está vivendo mais, por isso a conta não fecha, é preciso fazer reformas da previdência.

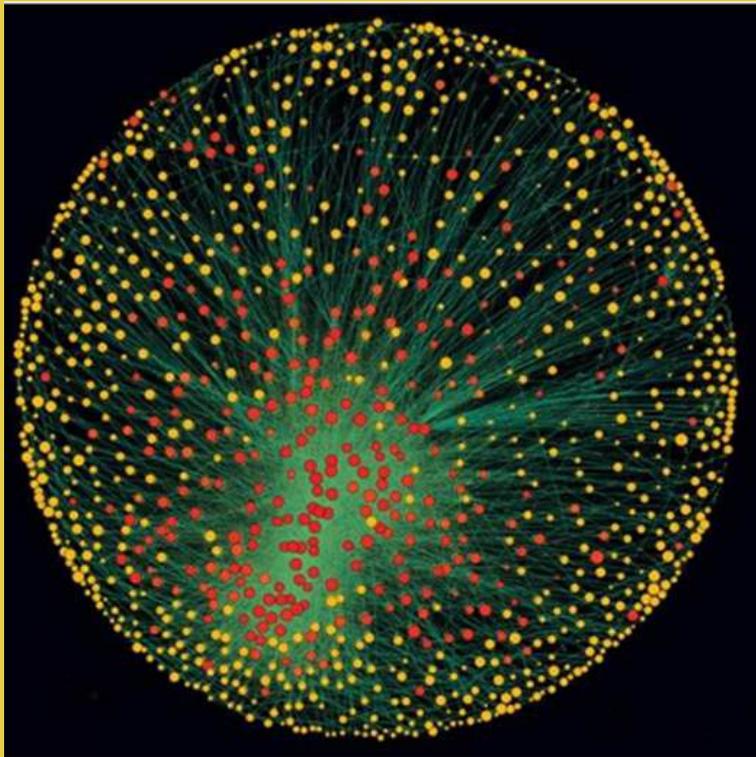
Quase tudo que tem sido aprovado pelo Congresso – até mesmo o bolsa família, auxílio emergencial - traz embutido medidas de interesse dos banqueiros, com a justificativa de que é preciso manter a dívida pública sustentável... Ou seja, tudo tem que ser feito para ter dinheiro para alimentar a dívida que sangra os recursos públicos e penaliza a população de forma absurda.

Em relação ao meio ambiente o discurso feito a todo momento é a crise climática, como se ela fosse algo natural e tivesse o condão de justificar tudo.

A crise climática não é algo alheio à vontade e à determinação das poucas famílias e empresas que controlam e dominam o mundo.

Poucas famílias e suas empresas interligadas dominam o Mundo

Controlam tudo: planeta, povos e suas riquezas...



3 pesquisadores do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça, analisaram 43 mil empresas transnacionais e suas relações e constataram que:

147 empresas, especialmente bancos controlam 40% (quarenta por cento) da riqueza mundial
Suas decisões afetam a economia no mundo.

Como se dá esse controle?
Para entender um pouco vamos começar pelo BANCO PRIVADO BIS...

BANCO BIS - Operador do Sistema Capitalista!

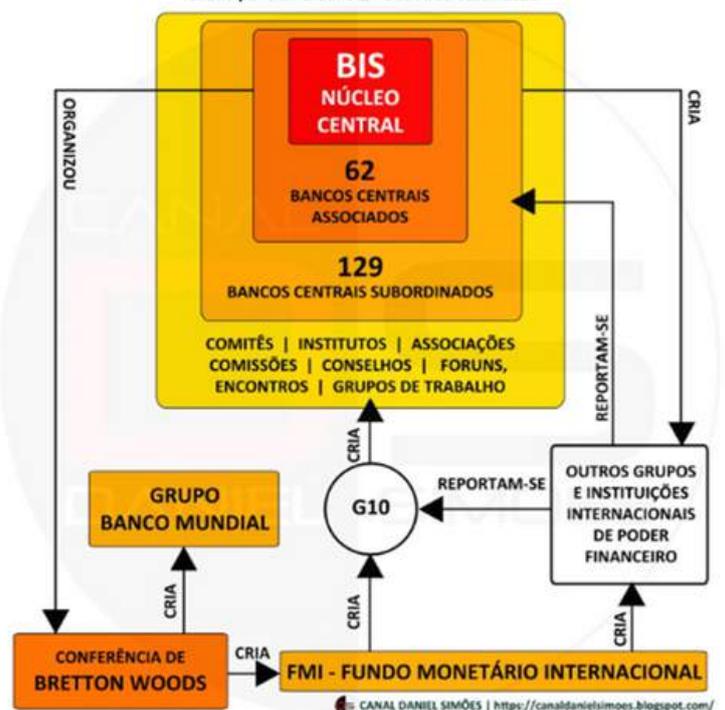
BIS (Banco de Regulações Internacionais) é um banco privado composto por 191 Bancos Centrais; sendo 63 associados e 128 subordinados.

06 Bancos Centrais associados possuem mais de **55 por cento das ações** correspondentes ao **poder de voto**: **Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Estados Unidos.**

O **Banco Central do Brasil** é **acionista do BIS desde 1997**, mas antes era um banco subordinado, razão pela qual o **organograma abaixo cita 62 bancos centrais associados e não 63.**

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE B.I.S., G10, F.M.I. E GRUPO BANCO MUNDIAL

Criado por Daniel Simões - Dados de 09.07.2020



Relação do Banco Central do Brasil com o Banco Privado BIS

Vários presidentes e diretores do Banco Central do Brasil participaram e participam da direção do BIS. O atual presidente, Campos Neto, é presidente do Conselho Consultivo das Américas, desde janeiro de 2023.

QUAL O OBJETIVO DO BIS?

Criado na Conferência de Haia, em 1930, o BIS tem como objetivo “garantir a estabilidade das instituições financeiras, a supremacia sobre os países e a livre circulação do dinheiro entre os países”

BANCO DE COMPENSAÇÕES? Quais compensações?
Na verdade o BIS é o Banco de Regulações Internacionais.
Confira o **Site do Banco Central do Brasil** e veja essa e inúmeras outras informações que demonstram sua **relação com o BIS e seu compromisso com as recomendações deste banco privado**



Acesso à
informação

Política
monetária

Estabilidade
financeira

Home > Acesso à informação > Internacional > Governança financeira global > Banco de Co

Banco de Compensações Internacionais (BIS)

O Banco de Compensações Internacionais (BIS) coordena diversos comitês dos quais o Banco Central (BC) é representante ativo, como o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária, o Comitê do Sistema Financeiro Global, o Comitê de Pagamentos e Infraestruturas de Mercado e o Comitê de Mercados.

O BIS é a mais antiga instituição financeira internacional, fundada em 1930. Suas missões são atuar como um banco para bancos centrais, auxiliar os bancos centrais e demais autoridades financeiras dos países na manutenção da estabilidade monetária e financeira e fomentar a cooperação internacional nessas áreas de interesse. O Banco Central do Brasil é acionista do BIS desde 1997.

Comitê de Basileia

Em 1974 o BIS criou um fórum internacional denominado **Comitê de Basileia para Supervisão Bancária (BCBS)** com o objetivo de “promover a estabilidade financeira”.

Suas recomendações são conhecidas como **Basileia I, II e III** (resposta à crise financeira de 2007/2008 nos Estados Unidos).

O **Banco Central do Brasil** é membro deste Comitê e **desde 2013 aplica as recomendações Basileia III ao Sistema Financeiro Nacional**, através de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

Qualquer semelhança não é mera coincidência!

Um pouco sobre a dívida brasileira!

1931 e 1937 – Houve a suspensão do pagamento da dívida brasileira.

Em **1931** o **Ministro da Fazenda**, José Maria Whitaker, declarou: “**O governo se submeteu e submeteu a Nação aos mais penosos sacrifícios, a fim de que lhe não faltassem os recursos para a satisfação integral de todos os compromissos**”.

Em novembro de **1931** **Osvaldo Aranha assume o ministério da Fazenda e Getúlio Vargas ordena que seja feita a auditoria da dívida.**

E o que constataram?

A Auditoria da Dívida constatou que...

60% da dívida brasileira era ilegal, pois apenas 40% dos contratos de empréstimos federais tinham cópia. Não havia contabilidade regular da dívida. Não se sabia os valores reais das remessas.

Em 1943 é feito acordo definitivo com os credores. **O estoque da dívida caiu de 237 milhões de libras esterlinas em 1939 para 169 milhões de libras esterlinas 1945.**

De 1964 a 1985 – **Ditadura Militar**

A DÍVIDA ATUAL É DA ÉPOCA DA DITADURA MILITAR

Há indícios de que a dívida pública financiou a ditadura militar (dívida odiosa). Como não vai dar para detalhar esse período gravíssimo da história, para maiores informações

CLIQUE no Artigo e no Livro 

Artigo: Dívida dos Estados: quanto mais se paga mais se deve - **Lujan Miranda**

Livro: Auditoria Cidadã da Dívida dos Estados - **Maria Lucia Fattorelli**

O ideal seria continuar mostrando com datas, fatos e dados, o que aconteceu de 1964 aos dias atuais. Não será possível! Colocarei questões pontuais para que se entenda o **SISTEMA DA DÍVIDA**, seus impactos sobre os Biomas Brasileiros, vida das pessoas e a realidade do nosso país. **É preciso combater as principais causas, ir à raiz dos problemas que nos afetam...**

O QUE É O SISTEMA DA DÍVIDA?

Ao analisar a dívida pública brasileira durante a CPI da Dívida na Câmara dos Deputados e ao participar da Auditoria da Dívida do Equador, a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida - ACD, Maria Lucia Fattorelli constatou que há um verdadeiro sistema envolvendo a dívida pública e o chamou de Sistema da Dívida.

"Sistema da Dívida"

- Utilização do endividamento como mecanismo de subtração de recursos e não financiamento dos Estados
- Se reproduz internacionalmente e internamente, em âmbito dos estados e municípios
- Dívidas sem contrapartida
- Maior beneficiário: Setor financeiro



Como opera esse Sistema?

"Sistema da Dívida"

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- Organismos Internacionais



Dominação financeira e graves consequências sociais

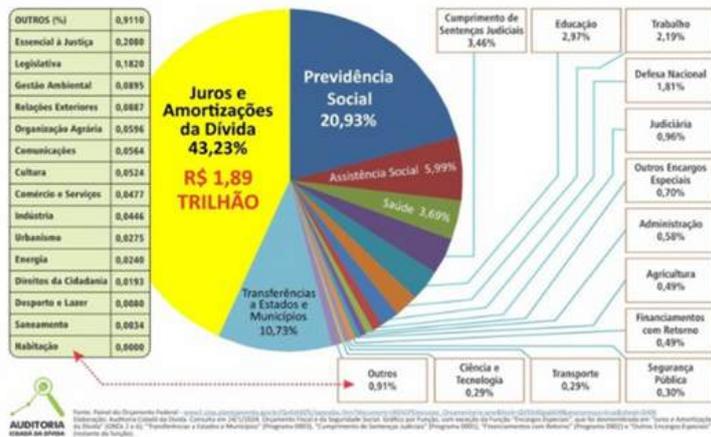
O que os Governos e Parlamentares, com a conivência da Justiça e dos principais Meios de Comunicação impõem para sustentar o Sistema da Dívida e garantir o pagamento dos vultosos juros e "amortizações" dessa dívida pública sem contrapartida e nunca auditada?

- Medidas econômicas restritivas para que sobrem mais recursos para esse Sistema.
- Quase todos os recursos obtidos com a emissão de títulos públicos federais anualmente vai para o Sistema da Dívida
- Abocanha parte de recursos de outras fontes distintas da emissão de títulos.
- Todos os recursos oriundos do pagamento de Dívidas dos Estados refinanciada pela União desde os anos 90 são obrigatoriamente destinados ao pagamento de amortizações da dívida pública federal.
- Todos os recursos decorrentes de lucros de Estatais são obrigatoriamente destinados ao pagamento de amortizações da dívida pública federal, conforme a Lei federal nº 9.530/97; os valores que a União recebe a título de participações e dividendos das entidades da Administração Pública Federal indireta – que inclui a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica.
- Cerca de 5 Trilhões de reais em caixa (na Conta Única do Tesouro Nacional, no Caixa do Banco Central e em Reservas Internacionais) ficam reservados para o Sistema da Dívida, enquanto faltam recursos para investir na proteção dos biomas brasileiros, no desenvolvimento econômico e social do nosso país.

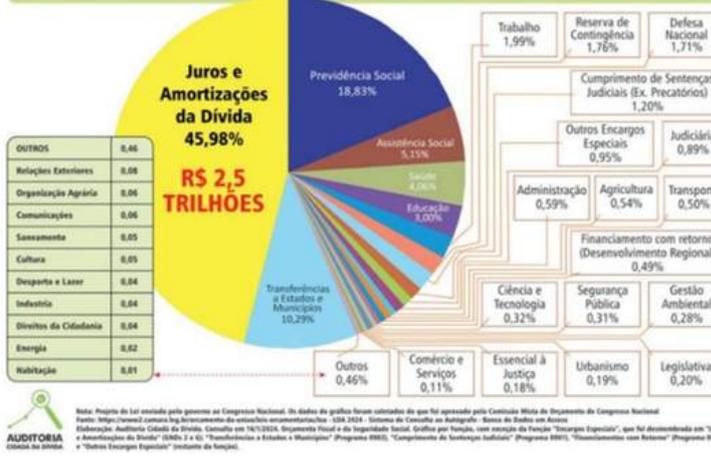
Com o Sistema da Dívida, que consome cerca da metade de tudo que é arrecadado pela União, o que sobra para a **Gestão Ambiental é quase ZERO**

Veja o Orçamento Executado de 2023 e o Orçamento Aprovado de 2024

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES



Orçamento Federal aprovado para 2024



Para entender melhor leia o INFORMA-SE número 12

Uma publicação do Instituto Genildo Batista

A PANDEMIA ESCANCAROU A SITUAÇÃO DO POVO BRASILEIRO!

A CRUEL REALIDADE DO POVO INDÍGENA YANOMAMI É DESUMANA

VOCÊ QUER QUE O GOVERNO LULA ATENDA AS NECESSIDADES BÁSICAS DA POPULAÇÃO?

LUTE PELOS DIREITOS E CONTRA O SISTEMA DA DÍVIDA

FORA DAQUI O FMI ! FORA O BIS !

Que sistema desumano é esse? O que é o FMI? E o BIS?

Como eles destroem o Brasil e a vida das pessoas ?

ESSA DÍVIDA É DÍVIDA MESMO?

DIVIDÔMETRO

QUANTO PAGAMOS (JUROS E AMORTIZAÇÕES) – DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

EM 2021 - ATÉ 31/12

R\$ 1.960.823.058.735 = 5,4 BI / DIA

1 TRILHÃO, 960 BILHÕES, 823 MILHÕES, 58 MIL, 735 REAIS = 50,78% DOS GASTOS

EM 2022 - ATÉ 31/12

R\$ 1.879.468.134.500 = 5,1 BI / DIA

1 TRILHÃO, 879 BILHÕES, 468 MILHÕES, 134 MIL, 500 REAIS = 46,30% DOS GASTOS

EM 2023 - ATÉ 31/12

R\$ 1.886.806.401.536 = 5,2 BI / DIA

1 TRILHÃO, 886 BILHÕES, 806 MILHÕES, 401 MIL, 536 REAIS = 43,23% DOS GASTOS

QUANTO "DEVEMOS"

Entenda esses números

DÍVIDA INTERNA FEDERAL – DEZ/2023

R\$ 8.587.445.462.373

8 TRILHÕES, 587 BILHÕES, 445 MILHÕES, 462 MIL E 373 REAIS

DÍVIDA EXTERNA TOTAL – DEZ/2023

US\$ 604.175.790.068

604 BILHÕES, 175 MILHÕES, 790 MIL E 068 DÓLARES

- O que é dívida e de qual dívida falamos? Falamos da dívida pública (contraída pelos Governos Federal, Estaduais e Municipais e por empresas estatais).

- Que bens e serviços (contrapartida) adquirimos com essa dívida? Ela é legítima? É legal?

- Transformaram a dívida pública em instrumento de transferência do dinheiro da população, especialmente para banqueiros, mineradoras, agronegócio.

- São inúmeros os mecanismos e as medidas aprovadas pelo Congresso Nacional, por imposição do Banco BIS, através do FMI, BANCO MUNDIAL, BID, COMITÊ DE BASILEIA, BANCO CENTRAL etc..

Dívida Pública e Dívida Privada: tudo junto e misturado e quem paga é o povo brasileiro

Na teoria a dívida pode ser:

Pública (contratos ou oferta de títulos públicos oferecidos pelo Tesouro Nacional) ou **privada** (quase sempre com aval do governo), **interna** (paga em moeda nacional) e **externa** (contraída no exterior e paga em moeda estrangeira). A dívida interna também denominada **dívida mobiliária (dívida em títulos)** é fruto da emissão de títulos públicos ou bônus (**papéis emitidos pelo Tesouro Nacional, nos quais consta o valor da dívida, taxas de juros e prazos de pagamento**).

Mas, na prática é tudo junto e misturado.

Desmontando a Mentira de que são os gastos sociais que aumentam a dívida pública

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

R\$ 2,51 Trilhões

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

R\$ 1,38 Trilhão

No final das contas, a Dívida Pública **RETIROU**
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

Fonte: SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - Disponível em: <https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAIAJZF/opendoc.htm?document=1A5%2FExecucaoOrcamentaria.qvw&host=QV5%40pq804&anonymous=true&sheet=SI06>

Agiotagem e desrespeito ao Pacto Federativo

A sangria dos recursos federais, estaduais e municipais que deveriam ir para investimentos sociais é brutal: cerca da metade de tudo que o governo federal arrecada todos os anos.

Não há solidariedade entre os entes da federação (União, Estados e Municípios) e a União age como agiota em relação aos Estados e municípios, sangrando, saqueando, se apropriando indevidamente do patrimônio e dos recursos financeiros (PROER/PROES, Lei Kandir, DRU, DREM). Para isso impõe **sanções absurdas em caso de descumprimento dos acordos de refinanciamento da dívida pública estadual, dentre outras imposições.**

Confira dados da Auditoria Cidadã da Dívida - ACD sobre a Dívida dos Estados refinanciada pela União a partir de 1997

Os Estados já pagaram mais de 3 vezes o valor total refinanciado e ainda devem mais de 5 vezes o valor total refinanciado (dados de 2023).

Essa conta sim, não fecha!

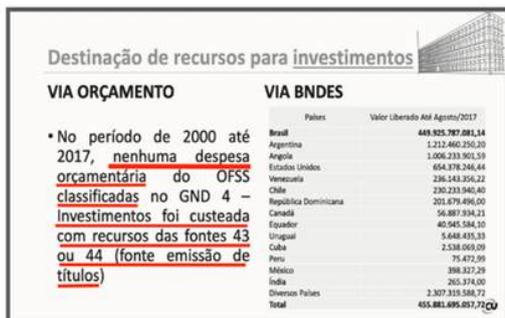
Dívida dos Estados refinanciada pela União a partir de 1997 - Lei 9.496/97

Dívida original refinanciada.....	R\$ 126,157 BILHÕES
Pagamentos efetuados pelos Estados à União.....	R\$ 418,594 BILHÕES
Dívida dos Estados em 2023.....	R\$ 734,380 BILHÕES

Dívida SEM Contrapartida

TCU afirma que a dívida não serviu para investimento no país

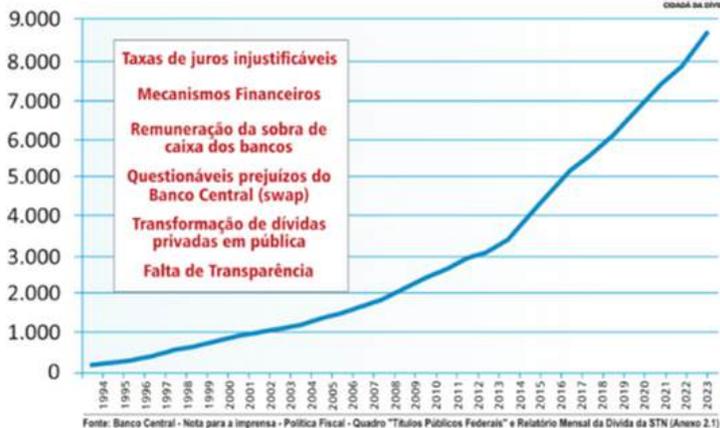
Essa dívida interna federal não tem servido para financiar qualquer investimento no país, conforme declarou o Tribunal de Contas da União (TCU) em palestra proferida no Senado Federal, durante a qual o representante do TCU mostrou a tela seguinte, que expressa que **nenhuma despesa orçamentária classificada como investimentos foi custeada com recursos das fontes de emissão de títulos da dívida pública**. [8]



Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoria.cidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

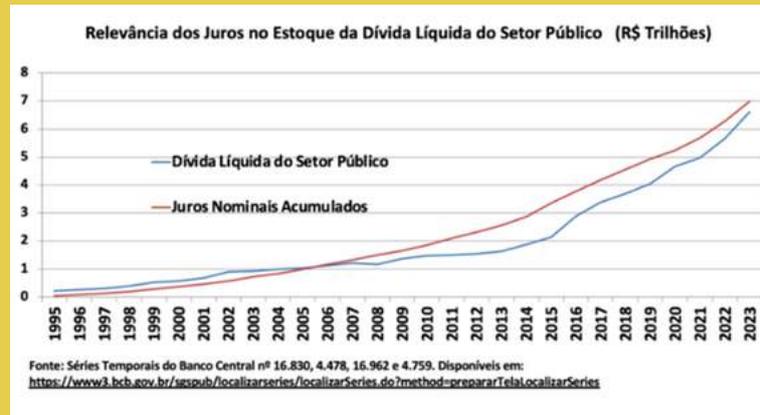
A dívida pública interna federal é de quase **9 trilhões de reais**, conforme gráfico da ACD, construído com dados do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional

Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

Evidências da Ausência de Contrapartida em Investimentos de interesse do País ou da Sociedade e a necessidade de Auditoria Integral



A Auditoria Cidadã da Dívida tem investigado, com base nos dados oficiais, os mecanismos que têm provocado o crescimento absurdo dessa dívida sem contrapartida, que não tem servido para investimentos de interesse da população brasileira

Fatores que têm contribuído para o crescimento absurdo dessa dívida:

- **Anatocismo (juros sobre juros)**, contrariando a Súmula 121 do STF e a Lei da Usura.
- **Transformações de dívidas do setor privado (externas e internas) em dívidas públicas.**
- **Transformações de dívida externa em interna**, sobressaindo-se a transformação de dívida suspeita de prescrição em novos títulos de dívida externa (Plano Brady), realizado em Luxemburgo no início dos anos 90 e em seguida em títulos de dívida interna federal.

- Mecanismos meramente financeiros que aumentam o estoque da dívida sem qualquer ingresso de recursos, como:

Assunção de prejuízos do Banco Central pelo Tesouro Nacional.

Só em 2016 o prejuízo foi de R\$ 250 bilhões, elevando o estoque da dívida, sem qualquer ingresso de recursos.

Perdas bilionárias com os escandalosos e sigilosos contratos de Swap Cambial

(aposta sobre a variação do dólar feita pelo Banco Central com investidores), que são simplesmente transferidos para a conta dos juros da dívida.

Se o dólar subir mais que os juros, quem apostou na variação recebe a diferença. Quem apostou na queda paga.

Emissão de grande volume de títulos públicos (atualmente mais de 2,3 trilhões de reais). Para quê?

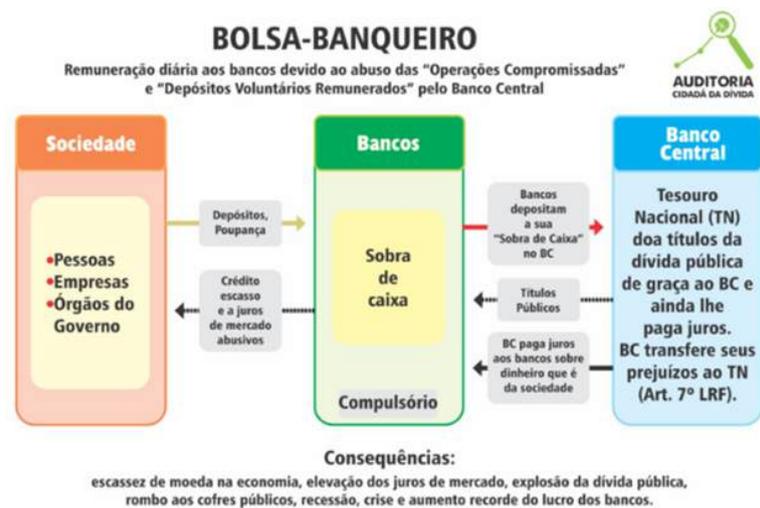
O Tesouro Nacional doa esses títulos ao Banco Central. Sobre esses títulos incide o pagamento de juros, que também são doados pelo Tesouro ao Banco Central. Esses títulos são utilizados em operações de remuneração diária aos bancos (**Bolsa Banqueiro**).

Operações Compromissadas realizadas de forma abusiva pelo Banco Central. Já alcançaram cerca de 25% do Produto Interno Bruto - PIB, sem paralelo no mundo, “como comprovado em estudo comparativo feito pela Instituição Fiscal Independente para o Senado Federal”. Deste modo, grande volume de moeda que deveria estar em circulação na economia, gera “elevado gasto com juros e, conseqüentemente, elevação dos juros de mercado devido à falsa escassez de moeda disponível”.

Depósitos Voluntários Remunerados

A Auditoria Cidadã da Dívida enviou Interpelação Extrajudicial contra o PLP 3877/2020, do Senador Rogério Carvalho, do PT/SE. O projeto foi aprovado e virou a Lei nº 14.185, de 14 de julho de 2021.

Clique abaixo e saiba mais sobre a Bolsa Banqueiro!



Diante de tudo que vimos, que é apenas uma parte sobre o que é e como funciona o SISTEMA DA DÍVIDA, não nos resta dúvida: **ou enfrentamos e derrotamos esse Sistema, que é a forma como opera o Sistema Capitalista ou a Defesa dos Biomas, da Educação, Saúde e Segurança Públicas, dos Direitos Trabalhistas, Sociais, Previdenciários é insuficiente e superficial, pois não enfrentará a raiz e causa principal dos problemas.**

E para finalizar, solicitamos que leiam as seguintes cartilhas e alguns números do INFORMA-SE, dentre outros materiais.

E que participem das Campanhas Nacionais...

INFORMA-SE 29



Não basta estar na lei, tem que beneficiar a população
Você concorda?

Pressione o presidente Lula para vetar esse esquema

VETA LULA
Clique Aqui 

INFORMA-SE 17

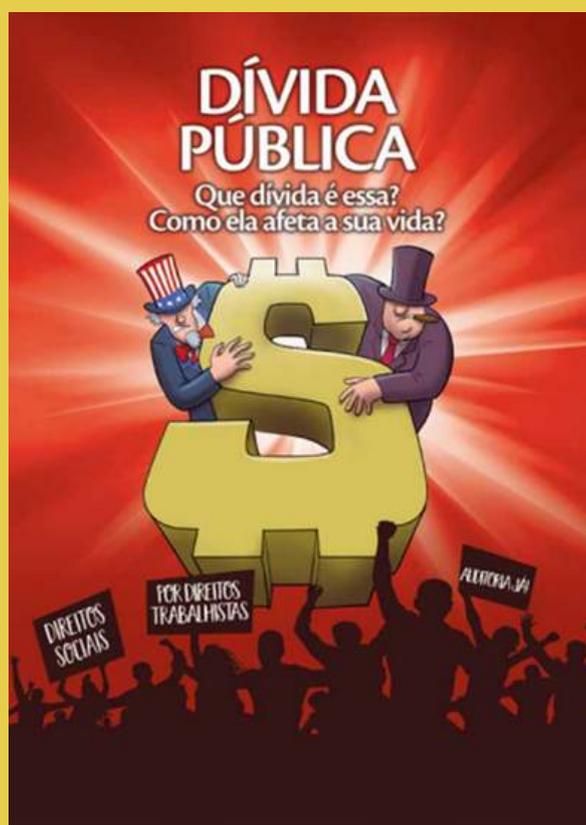


Entenda o que é o arcabouço fiscal e como ele vai afetar o nosso país e as nossas vidas

A luta contra ele continua e não deve parar!

INFORMA-SE 11

E para que não digam que não sabem, a Auditoria Cidadã da Dívida elaborou essa Carta Aberta, que publicamos no INFORMA-SE de modo que qualquer pessoa possa entendê-la



Abra a câmera do CELULAR. Aponte para o QR CODE. Confira e leia a CARTILHA e outras informações da AUDITORIA...



www.auditoriacidada.org.br
contato@auditoriacidada.org.br



VOCÊ JÁ LEU ESSA CARTA ?



CARTA ABERTA

AO PRESIDENTE ELEITO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
AO CONGRESSO NACIONAL E À SOCIEDADE

**COORDENADORA DO
NÚCLEO CAPIXABA
DA ACD FAZ
PRONUNCIAMENTO
CONTUNDENTE
CONTRA O
ARCABOUÇO FISCAL
E A REFORMA
TRIBUTÁRIA**

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA



Campanhas Nacionais



Objetivos da Campanha

A Campanha Nacional por Direitos Sociais tem como objetivo articular e fortalecer as diversas lutas sociais por direitos em 2024, tendo em vista as fortes restrições orçamentárias impostas pelo “arcabouço fiscal” aos Direitos Sociais, enquanto se mantém a prioridade aos imensos gastos com o Sistema da Dívida. Participe!



Campanha pela aprovação do Projeto de Lei Complementar **PLP 104/2022**, elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida e demais entidades apoiadoras para **impor um limite aos abusivos juros cobrados no Brasil**

São inúmeras as ações e frentes de luta!

O conteúdo dos artigos “[Dívida Pública - Ausência de Contrapartida em investimentos, privilégios de recursos e impedimento aos direitos sociais](#)”, de Maria Lucia Fattorelli e “[Catástrofes Ambientais e Direitos Sociais: urgência e necessidade da auditoria integral da dívida pública com participação social](#)”, de Lujan Miranda faz parte do **Recurso Extraordinário impetrado no STF contra Acórdão do TRF1, em 15/07/2024, para que seja determinada a aplicação do dispositivo contido no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT (auditoria da dívida pública) - Processo nº 1005935-28.2017.4.01.3400 (auditoria da dívida pública)**

**Texto, Edição e Diagramação
Lujan Maria Bacelar de Miranda**